



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - CIUS DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08043663620198150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA DA PENHA FERREIRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Exa., primeiramente cumpre informar que não foram localizados nenhum processo administrativo em nome da parte Autora, ao contrário do alegado pela parte Autora. Perceba ainda Exa., que a parte Autora não informa o número do suposto processo administrativo.

**Vale ainda destacar, que foi localizado um SINISTRO de nº 3180562126 (BENEFICIÁRIA: JOANA LUIS DO NASCIMENTO - ASCENDENTE DA VÍTIMA), onde foi realizado o pagamento integral no valor de R\$13.500,00 reais, conforme documentos em anexo.**

Essas informações são de suma importância para a instrução processual, pois demonstram, no caso em tela, que a indenização ora reclamada já foi paga, devendo quem recebeu pagamento indevido, ainda que de boa-fé, deverá devolvê-lo para obstar o enriquecimento sem causa.

Ademais, a Beneficiária **JOANA LUIS DO NASCIMENTO - ASCENDENTE DA VÍTIMA** apresentou-se como única herdeira para recebimento do seguro, CONSTANDO NO ÓBITO APENAS QUE A VÍTIMA ERA solteira e NÃO POSSUÍA FILHOS, não foi informado “companheira”. Saliente-se que a seguradora liquidante cercou-se de todos os cuidados solicitando inclusive a declaração de únicos herdeiros da vítima, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Assim, nota-se que houve pagamento de boa-fé ao suposto credores legítimo, devendo o legítimo beneficiário buscar sua importância através de ação de regresso.

“DPVAT. CREDOR PUTATIVO. PAGAMENTO VÁLIDO. - Sendo genérica a certidão de óbito na qual constou que o falecido era casado e deixou filhos, neste caso, especificamente, verificado pela Seguradora a legitimidade dos solicitantes, que se apresentaram como cônjuge e filhos, para receber o seguro DPVAT, agiu a mesma com boa-fé ao efetuar o pagamento da integralidade da verba indenizatória, remanescendo ao Autor recorrer à via processual adequada para recuperar a parte

**que lhe compete. - Conforme prevê o art. 309 do Código Civil, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.**

(TJ-MG - AC: 10134100083598001 MG , Relator: Pedro Aleixo(JD Convocado), Data de Julgamento: 03/07/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/07/2014)

ACÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PAGAMENTO À MÃE DA VÍTIMA. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE HERDEIRA ÚNICA. CREDORA PUTATIVA. PAGAMENTO FEITO DE BOA-FÉ. TEORIA DA APARÊNCIA. VALIDADE. 1) Provado que a autora é filha do segurado, que faleceu em acidente de trânsito, seria ela a legitimada a receber a indenização do seguro obrigatório (DPVAT). 2) Contudo, segundo dispõe o art. 309 do Código Civil de 2002 "O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor." 3) A Teoria da Aparência é aplicável quando o pagamento é realizado de boa-fé à pessoa que se comportou como a verdadeira credora, a mãe da vítima fatal, que afirmou ser a única herdeira. 4) O reconhecimento da validade do pagamento realizado à credora putativa, autoriza o credor verdadeiro perseguir seu crédito daquele que recebeu indevidamente.

(TJ-MG - AC: 10105093107487001 MG , Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento: 25/06/2013, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/07/2013)"

Ante o exposto, protesta pela reforma da sentença, **julgando-se inteiramente improcedente** o pleito Autoral, tendo em vista o pagamento administrativo efetuado de boa-fé.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 25 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**